
DA REGIONALIZAÇÃO DE PORTUGAL E DA NATO

Tratado de investigação realizado pelo autor, seleccionado para publicação na revista «Nação e Defesa».

Sumário:

Portugal é um caso excepcional, na Península Ibérica (onde foi a única nação que conseguiu, sozinha, transformar a sua identidade em individualidade de país), e na Aliança Atlântica (onde é o único membro europeu inserido no comando supremo do Atlântico). Decorrendo ambas as circunstâncias de potencialidades que, a não serem aproveitadas por si, mas por vizinhos aliados que daí tudo teriam a lucrar para fins de poder negocial, poderiam descambar em perigosas vulnerabilidades. Pelo que é vital que, não só o projecto de regionalização da NATO, como o de regionalização do Continente (que estão mais interligados do que possa parecer) precisem de ser vistos, urgente e cuidadosamente, também à luz da Segurança.

DA REGIONALIZAÇÃO DE PORTUGAL E DA NATO

Para se poder abordar as importantes questões da regionalização do Continente português e da Aliança Atlântica, torna-se indispensável começar por relembrar o que é Portugal, pois as duas, como poderá ver-se, estão bem mais relacionadas do que possa parecer.

A REGIONALIZAÇÃO DO CONTINENTE

Como é sabido, Portugal nasceu no Norte – no Condado Portucalense – segundo esclarecidos historiadores, após mais de um século de tentativas de afirmação de identidade, tornada possível pela força do seu litoral e dos seus então magníficos estuários, da qual uma burguesia marítima de gente mesclada oriunda inclusivamente do Norte e do Sul da Europa se apercebeu, com grande clarividência. E a evolução de identidade de Nação para individualidade de País conseguiu-a o seu primeiro Rei, que obteve para ela a concordância do Papa, muito interessado em dispôr nesta extremidade da Europa, a meio caminho entre o mar do Norte e o Mediterrâneo, de um país aliado para apoiar as atribuladas viagens de ida e volta dos Cruzados que se batiam na Palestina.

E foi com a conivência desta autêntica «potência marítima» – a do Papado – que Portugal, necessitado de se expandir para Sul, visando conseguir maior litoralidade centrífuga, se apossou pela força do valiosíssimo par de estuários do Tejo e do Sado (Oliveira Martins chamou ao do Tejo «cabeça de gigante em corpo de pigmeu, e o maior obstáculo à absorção do País pelo resto do corpo peninsular») e do mui importante Algarve, com o auxílio de Cruzados e de ordens militar-religiosas.

Depois da vitória decisiva da burguesia marítima na crise de 1383-85, de que o sucesso militar de Aljubarrota representa a vitória da opção atlântica sobre a ibérica, Portugal foi deliberadamente para o Atlântico, povoou e desenvolveu os grandes arquipélagos da Madeira e dos Açores, e tornou-se num

país mais euro-atlântico que ibérico. E, ao desbravar caminhos oceânicos que lançaram as sementes do que hoje se chama «aldeia global», acabou ainda por se fazer um país mais universalista que europeu. E Portugal tornou-se, assim, na única Nação da Península Ibérica que pôde resisitir ao abraço centrípeto de Castela. O que o pensador espanhol M. Unamuno explicou, ao sustentar que «o que faz Portugal é o Mar».

A Galiza não veio com Portugal para o mar, que seria o seu destino normal. Ao que dizem historiadores como J. Cortesão e H.V. Livermore, por lhe bastarem os mais cómodos proventos da exploração do caminho dos peregrinos de Santiago de Compostela. E, tendo-se quedado amarrada à terra, acabou espanholizada.

Mas Portugal continental, feito assim de colagens sucessivas, e constituindo uma longa e estreita faixa costeira norte-sul, adquiriu o que os teóricos dizem ser a terceira condição mais perigosa de fragmentaridade potencial, decorrente de diferenças climáticas de que resultam diferenças de cultura e de comportamentos distintos Norte, Centro e Sul. São exemplos práticos desta vulnerável condição, no presente: a Itália que esteve recentemente à beira da secessão do seu Norte; o Reino Unido, de que a Escócia apresenta também propensão para secessão; e Moçambique, cuja propensão fragmentária se agravou com a cobiça de territórios de língua inglesa, hoje países, de disporem dos seus melhores portos, a seu bel-prazer.

Outro dado a relembrar é o de a distância a que a fronteira terrestre do Continente acabou por ficar do litoral, depender da capacidade da projecção do seu poder económico e cultural para Leste. O que o actual espantoso desenvolvimento económico da China mostra também (como Portugal fez no passado com a sua opção atlântica) que os litorais são locomotiva privilegiada para o maior desenvolvimento na maior segurança. Pelo que pretender, por exemplo, traçar linhas divisórias entre o interior e o litoral, arriscaria fazer recuar a fronteira (a começar pela económica e cultural) para Oeste, e enfraquecer a identidade e a individualidade portuguesa, que têm a sua raiz na intimidade terra-mar que brotou, por sua vez, da intimidade terra-rios e respectivos estuários.

O referido será suficiente para se entender que um eventual plano de regionalização do Continente deva ser prudentemente sujeito às clássicas provas científicas da Estratégia, para ver se:

- será compatível com o Objectivo Nacional Permanente, histórico (bem patente, implicitamente, na História Nacional e na Constituição) da

- consecução do maior desenvolvimento na maior segurança, que foi obtido, como atrás se disse, com a opção atlântica (prova da adequabilidade);
- haverá realmente meios e gente capazes de o manter (prova de exequibilidade);
 - os riscos a correr, e os custos económicos, e outros (nomeadamente o da diminuição da coesão do País) a suportar, são justificáveis pelo que eventualmente se possa ganhar (prova da aceitabilidade).

E, sobretudo, deverá ser submetido a referendo, precedido de detalhada e isenta informação ao povo português, principalmente no concernente ao que se pode ganhar e ao que se pode perder com tal plano.

Os tempos são outros. É verdade. Mas também o é que serão mais favoráveis, que nunca, à aplicação ao estruturalmente vulnerável Portugal das conhecidas estratégias do «cavalo de Tróia» e de Sun Tsu, em face do evidente relaxamento das preocupações com a segurança trazidas com a adesão ao projecto europeu que, saliente-se, ninguém pode ainda garantir o que vai realmente ser. E isto é importante, quando a cultura portuguesa tem perdido muito da sua componente técnica e estratégica, quando se está acenando ao Norte com projectos transfronteiriços de «Noroeste Peninsular», ao Centro de uma região autónoma Extremadura (espanhola)-Alentejo, e ao Sul de «Sudoeste Ibérico», e quando entre nós há já quem tenha escrito ser de se inscrever na Constituição o direito à secessão, e quem tenha defendido a criação duma região autónoma no Algarve. E ainda quando parece haver portugueses pensando que poderiam ser mais ricos numa integração ibérica, esquecendo que, se Portugal pôde ser a única nação a conseguir ser, sózinho, país na Península, é porque o seu litoral, e seus portos principais, são os mais importantes e os mais ricos dela, apenas à espera de serem melhor aproveitados.

D. João II dizia ser preciso conter a Espanha em terra e batê-la no mar. E J. Cortesão «esclareceu» que bastaria afinal a Portugal afirmar-se positivamente para o lado do mar, o que o espanhol M. Unamuno confirmou com a sua frase supracitada. Concordamos inteiramente com os dois últimos, principalmente porque hoje os dois países vizinhos são parceiros e aliados. Mas lembramos que o referido também quer dizer que, para acabar com Portugal, bastará voltá-lo para terra, como aconteceu com a Galiza.

Tudo significando, ao fim e ao cabo, que se impõe manter Portugal bem concentrado, e os Portugueses bem instruídos e informados, e aproximá-lo da

Europa como País mais euro-atlântico e universalista que ibérico e europeu. O que, para além de evitar o risco de se transformar a sua integração na Europa em integração na Península Ibérica, (a facilitar por integração económica europeia que não enxergue para além dos Pirinéus) lhe trará por certo mais respeito internacional, nomeadamente no Mundo Lusófono, e maior peso em Bruxelas, e também na NATO, onde parece que a Espanha poderá estar a começar a «bater» Portugal.⁽¹⁾

A «REGIONALIZAÇÃO» DA NATO

Já o geógrafo do Século X, que ficou para a História com o nome de Mouro Razis, sustentava, segundo o Prof. Hernâni Cidade, que na Península Ibérica seriam possíveis duas Espanhas:

- uma ao sol levante;
- outra ao sol poente, ao correr das chuvas e dos rios.

E a Aliança Atlântica (uma aliança marítima) parece ter pensado exactamente o mesmo, aquando da sua criação, ao escolher apenas o euro-atlântico Portugal (não a Espanha ao sol poente) para seu membro fundador. E, não contente com apenas isso, ao inserir ainda o conjunto territorial quase-arquipelágico do universalista Portugal no seu comando supremo do Atlântico Norte (com sede nos EUA), a NATO confirmou ser Portugal não apenas uma excepção na Península Ibérica, mas também na Europa, em cujo comando supremo ficaram todos os restantes membros europeus dela.

O supracitado tem a maior importância, quando se pensa agora na chamada «regionalização» da NATO. É que haverá que preservar a individualidade do parceiro NATO Portugal, bem como o seu poder negocial legítimo, em eventual reformulação da estrutura de comandos da Aliança.

O caso é que o conceito estratégico da NATO, necessitando de responder a problemas de segurança decorrentes de novos riscos entretanto surgidos (terrorismo internacional, disputas territoriais, interrupção de abastecimento de matérias primas vitais e combustíveis, migrações massivas, etc.) pretende evoluir para passar a considerar também um conceito de defesa regional,

⁽¹⁾ Ver declarações do Chefe do Partido Popular, provável vencedor das próximas eleições legislativas em Espanha, prometendo relações muito íntimas com os EUA e manutenção dos compromissos do país com a NATO (International Herald Tribune de 7.2.96, p.5)

decorrente da natureza local, não global, de tais novos riscos. Riscos esses que são multi-facetados e multi-direccionais, especialmente nos Bálcãs, no Médio Oriente e na margem sul do Mediterrâneo, e que, podendo degenerar em conflitos perigosos para a paz global, podem levar a ONU, ou mesmo a OSCE, a solicitar o empenhamento de forças militares da NATO, como sucedeu na Bósnia. Um tipo de empenhamento que, não sendo em princípio de natureza global, pode ser conduzido por comandos regionais da Aliança, cujo arranjo esteja em conformidade com os princípios da coesão, da multinacionalidade e da sustentabilidade. Preocupação a que haverá que acrescentar a de não serem nocivos aos interesses legítimos dos países membros, designadamente não favorecendo ambições históricas duns que sejam prejudiciais a outros.

A região que interessa a Portugal, por ser área histórica de afirmação das suas identidade e individualidade, é inequivocamente a do Atlântico. Portugal, embora seja vizinho do Mediterrâneo, e tenha até afinidades étnicas e culturais com ele, a verdade é que o curto-circuitou (contribuindo para o declínio da sua importância geopolítica e geoeconómica) ao encontrar e praticar a Rota do Cabo, na era dos Descobrimentos Occânicos.

Por outro lado, ao contrário do que por vezes se vem afirmando, a importância do reforço militar, e outro, da América do Norte à Europa, indispensáveis em caso de guerra, ou mesmo de crise grave, não tende a diminuir, mas antes a aumentar, com eventuais reduções da presença militar dos EUA no continente europeu. E isto porque a História vem comprovando que, cada vez mais, a América do Norte e a Europa «estão condenadas a serem aliadas» para garantir a sua segurança. O que está de momento a ser confirmado pelo facto de a NATO estar a evoluir gradualmente, por vontade expressa de ambas, para Comunidade Transatlântica, isto é, para uma aliança mais profunda, não apenas militar, mas também económica e política.

Portugal, a imiscuir-se num comando regional para o Mediterrâneo, ou a atribuir-lhe forças terrestres, iria reforçar a ideia feita existente no Magrebe de que a NATO é uma ameaça para a sua segurança e a sua cultura, ao serviço duma nova ordem em que os integristas vêem uma «nova Cruzada». O que, além do mais, poderia inviabilizar a postura equidistante que lhe convém manter quanto a todos os seus vizinhos. Para não falar na necessidade de atribuir prioritariamente tais forças terrestres à defesa dos Açores e da Madeira, a qual, há anos atrás, estava previsto pela NATO ser confiada a fuzileiros ingleses e holandeses.

Do referido será de concluir que a Portugal lhe interessa preservar a sua situação de excepção, num comando regional do Atlântico, separado da mais mediterrânica Espanha, de preferência numa secção oriental dele, com o seu descontínuo conjunto territorial solidário e coeso. Ou, como segunda hipótese, se tal fosse verdadeiramente inevitável, num comando que abarcasse todo o Atlântico Norte, para se garantir o que é mais importante, que são a solidariedade e a coesão interterritorial do quase-arquipélago Portugal. Porque, onde tiver que estar o arquipélago português dos Açores, deverão estar todas as parcelas do descontínuo conjunto territorial euro-atlântico de Portugal, para proteger as suas identidade e individualidade.

A própria Espanha parece entender o supracitado muito bem, a ajuizar por posições que podem ser tomadas por oficiais, dadas as personalidades que o disseram e os «fora» em que foram assumidas:

- que deve ser evitado, por todos os meios, tudo o que possa levar os povos da margem sul do Mediterrâneo a verem nela o «inimigo» que a NATO arranhou para garantir a sua própria sobrevivência, após o desmembramento da ex-URSS;
- que no Sudoeste da Europa há duas áreas geoestratégicas diferentes, ambas da mais alta importância, mantendo o elo transatlântico a sua fundamental importância para a segurança da Europa; que, embora a Espanha tenha interesse em ambas as áreas, não as vê como uma identidade única, dada a diferenciação dos riscos respectivos; e que entende que a estrutura de comando da área ibero-atlântica é uma experiência positiva e muito apreciada.

Mas não apenas a Espanha, mas também a França (que, como ela, é um país simultaneamente atlântico e mediterrânico) manifesta agora grande interesse em participar mais profundamente na organização militar da NATO, jogando com a sua arma nuclear autónoma, e com a hipótese de os EUA virem a retirar militarmente da Europa, para pôr o pilar europeu da Aliança a par do norte-americano. O que, podendo levar a tentações de manter o Continente português e o arquipélago da Madeira nesse pilar, e o dos Açores num comando atlântico, reforça a necessidade imperiosa de Portugal pugnar por ficar, com o seu conjunto territorial todo (como país euro-atlântico que é) num comando regional do Atlântico, ou num que abarque todo o Atlântico Norte, como acima se referiu.

É bem verdade que, como escreveu Alfred N. Whitehead, a arte do progresso consiste em preservar a ordem na mudança e a mudança na ordem.

O mundo está em rápida mudança, e a chamada «superpotência única» fala duma nova ordem, que procura instituir sob a égide da ONU, preservando o equilíbrio geopolítico que vigorou na Guerra-Fria entre os campos liderados pelas superpotências, e que facilitou, inclusivé, o arranque do projecto europeu. Para o que procura manter a cooperação da Rússia (cuja recuperação parece apoiar condicionalmente), e também a de países aliados, e ainda de outros que tenta ir inserindo no sistema económico internacional de mercado livre e ir fazendo adoptar a democracia pluralista de tipo ocidental. E tal nova ordem, de que o acoplamento estratégico América do Norte-Europa demonstrou ser travestra, ao contribuir para evitar uma terceira guerra mundial durante a Guerra-Fria, deve ser vista pelos países da «aldeia global» como uma segunda prioridade estratégica. E isto porque, como parece óbvio, a primeira prioridade será a de cada país tudo fazer por se tornar ele próprio suficientemente seguro, desenvolvido e justo, para não dar problemas à comunidade internacional e, inclusivamente, para poder ajudá-la a resolver os que sempre continuarão a existir. Donde decorre que, para as associações de cooperação regional, fica a terceira prioridade dos países.

Não basta, no entanto, que Portugal declare eventualmente que adopta uma postura atlantista do tipo preconizado. Ser-lhe-à necessário actuar coerentemente com ela – que é, afinal, a que está conforme com a sua geografia e o seu passado de primeira potência marítima oceânica da História – para ter a confiança dos seus aliados naturais. Mormente dos que lhe sucederam naturalmente naquela condição, para poder usufruir de possível e conveniente prestígio e influência, naturalmente maiores numa futura Comunidade Transatlântica, onde passará a ser central, e não mais meramente periférico na União Europeia.

Assim, ser-lhe-à necessário que o seu poder militar seja conforme com tal postura, quanto a capacidade, dispositivo, preparação e organização. Naturalmente, para poder: assegurar em tempo de paz presença e vigilância eficazes no muito frequentado espaço aéreo-marítimo centrado no quase-arquipélago nacional (que é de grande importância para a segurança aliada); em caso de crise grave, ou de guerra, oferecer resistência em terra até à chegada de reforços de aliados; prestar protecção mínima à sua navegação. O que implica a posse de material de sofisticação adequada, e de pessoal com a qualidade e a

preparação necessárias para o conduzir e utilizar. O que não pode ser tomado por mera despesa, mas também como um investimanto, uma vez que contribui para proteger a soberania nacional no seu importante geofactor e, com ela, o seu prestígio, a sua influência, e o seu poder negocial.

A acrescentar ao referido, pareceria conveniente que fosse sendo estudada a hipótese de evolução do comando da Área Íbero-Atlântica sob comando português para comando integrado, isto é, com representação paralela dos três Ramos das Forças Armadas (até porque isso parece ser tendência na NATO quanto a comandos regionais), com uma estrutura que, embora observasse o princípio da unidade de comando, não pusesse de parte a hipótese de condução de operações específicas de cada Ramo por comandos subordinados específicos com grande autonomia, um pouco à semelhança do que se passa agora quanto à Marinha com os seus Comandos Navais. Evolução que aconselharia a que a parte político-estratégica dos Cursos Superior Naval de Guerra e de Altos Estudos Militares e da Força Aérea passasse a ser ministrada em conjunto, por exemplo num Instituto de Defesa Militar que, a par do já existente Instituto da Defesa Nacional, e de outros a criar eventualmente, (a manter sob direcção militar) fizesse parte duma Universidade de Defesa.

Instituto de Defesa Militar esse onde, além do referido, poderia ser também dada informação e fornecido treino aos Gabinetes de Crise quanto a gestão de crises estratégicas, e experimentados planos de contingência eventualmente existentes para fazer face às previsíveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O discurso generalizado, desmoralizante e estafado, de que Portugal é um país mediterrânico, do Sul e pequeno, não só não se lhe adapta, como não produz a sensibilização e a mobilização que urge criar para se poder ter o ambicionado êxito de desenvolvimento em segurança na opção europeia. A verdade é que Portugal quase-arquipélago está apenas no Atlântico Norte (e profundamente projectado nele pelos arquipélagos dos Açores e da Madeira), está à latitude média de New York, e abarca uma vasta área norte-atlântica de reconhecida importância estratégica ímpar para ambas as margens daquele oceano. Por outro lado, de dimensões bastante mais reduzidas do que Portugal, há países bem mais ricos do que ele, como a Holanda, a Bélgica, a Suíça, parecendo querer dar razão aos que entendem que ser pequeno até é melhor para gover-

nar ⁽²⁾. E, para além do referido, Portugal tem um historial invejável para qualquer país europeu de qualquer dimensão, bem visível ainda hoje nos importantes países que criou, a começar pelo colosso Brasil, e também no facto de a língua portuguesa ser mais falada no Mundo do que a francesa ou a alemã.

Quer o referido dizer que se torna urgente reaprender Portugal, e recuperar o seu brio, a sua audácia, a sua iniciativa, a sua cultura total (a que está faltando a estratégica) e a sua personalidade euro-atlântica e universalista, e assumi-la e a impô-la aberta e firmemente, mesmo no projecto europeu. Como aliás fazem, por exemplo a Alemanha, a França, a Espanha e a Inglaterra.

O saber estratégico, a investigação científico-tecnológica aplicada também à melhor exploração das potencialidades do País e à minoração das suas vulnerabilidades, a recuperação do apreço pela defesa militar (que noutras paragens chega a preocupar tanto como o desenvolvimento económico) ⁽³⁾ e a correcta inserção do País nas nascentes comunidades Transatlântica e Lusófona, serão assim áreas do maior interesse estratégico para o País.

Tudo razões por que se julgou indispensável, e oportuno, abordar e relacionar as duas «regionalizações» em apreço, com o propósito de mostrar a conveniência de se manter o País solidário, animado e coeso na fase de mudanças profundas que se vive no Mundo. O que, assinala-se, será mais fácil de conseguir na Comunidade Transatlântica (onde Portugal será «promovido» de periférico na Europa, a central) que é excelente oportunidade, a abraçar com inteligência e vigor.

Virgílio de Carvalho

⁽²⁾ Caso do Ministro da Informação de Singapura (um Estado que pouco mais é que um porto), e que tem sido colocado em 2.º lugar mundial de competitividade, logo atrás dos EUA (International Herald Tribune, 22.6.94).

⁽³⁾ Artigo «Why Military Issues Matter as Much as Economics», do director da «Rand Graduate School of Policy Studies» (International Herald Tribune, 12.10.95)